



CÓD: OP-0430T-22  
7908403528158

# SAQUAREMA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO

Auxiliar de Educação Infantil

**EDITAL Nº 01/2022**

## **Português**

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos.....	5
2. Discursos direto e indireto .....	13
3. Elementos de coesão e coerência. ....	16
4. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia .....	17
5. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos .....	17
6. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação .....	25
7. Concordância verbal e nominal. ....	27
8. Regência verbal e nominal .....	29
9. Colocação e ordem de palavras na frase .....	29
10. Sistema gráfico: ortografia .....	30
11. Regras de acentuação .....	31
12. Uso dos sinais de pontuação. ....	31
13. Funções da linguagem e elementos da comunicação .....	32

## **Legislação Educacional e suas atualizações**

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 .....	43
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96 .....	79
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15 .....	94
4. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14 .....	110
5. Base Nacional Comum Curricular .....	125
6. Plano Municipal de Educação de Saquarema .....	162
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica .....	162

## **Conhecimentos Gerais do Município**

1. Primeiras ocupações, evolução histórica, econômica e administrativa: dados relevantes.....	171
2. Informações básicas sobre área, altitude, clima, relevo; Sistemas costeiro, lagunar e hidrográfico; Parques, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental da região .....	171
3. Localização do Município, população, limites municipais, distritos; vias de acesso; Características urbanas; Atividades econômicas predominantes; Serviços básicos .....	172
4. Patrimônio natural, histórico, material e imaterial. Datas comemorativas; atrações, eventos e espaços de destaque do Município; Posição do Município na divisão regional turística do Estado e sua classificação.....	172
5. Aspectos e indicadores sociais, econômicos e financeiros.....	173
6. Autonomia, poderes e símbolos municipais. Divisão administrativa do Município. Competências municipais: privativas, comuns e suplementares. Vedações.....	173
7. Organização dos poderes: Câmara e Prefeitura. Câmara Municipal: funções, competências privativas, posse, funcionamento. Conceitos sobre mandato, legislatura, sessão legislativa, sessões ordinárias e extraordinárias; comissões permanentes e especiais. Regimento Interno, Processo Legislativo. Mesa Diretora: membros, eleição, atribuições e composição. Número de vereadores na Câmara Municipal de Saquarema. Convocações da Câmara e prazo para os órgãos do poder executivo prestarem informações e apresentarem documentos requisitados pela Câmara.....	173
8. Prefeito Municipal: Competências privativas, posse, substituição, proibições, licenças. Leis de sua iniciativa. Auxiliares diretos. Julgamento de crimes e infrações do Prefeito. Atos de competência do Prefeito e seus conteúdos específicos. Atos municipais: publicidade. Prazos da Câmara e da Prefeitura para o fornecimento de certidões aos interessados. Estrutura administrativa da Prefeitura: órgãos de administração direta e indireta.....	174

9. Fiscalização contábil e financeira; Controle interno e externo. Tributos municipais e administração tributária. Administração de bens patrimoniais e de obras e serviços públicos. Orçamento, suas leis e características, vedações, emendas e execução orçamentária ..... 199

## ***Conhecimentos Específicos*** ***Auxiliar de Educação Infantil***

1. Histórias infantis em sala de aula..... 201
2. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação e do imaginário ..... 202
3. Atividade Lúdica no desenvolvimento Infantil, Jogos e brincadeiras ..... 203
4. Musicalização ..... 208
5. As relações interativas em sala de aula ..... 221
6. A arte na construção do desenvolvimento Infantil ..... 225
7. O vínculo afetivo no desenvolvimento Infantil ..... 228
8. Educação Inclusiva ..... 232
9. Atividades diárias na construção de hábitos saudáveis. Cuidados essenciais: alimentação, repouso, higiene e proteção..... 241
10. Sinais e sintomas de doenças ..... 260
11. Acidentes e Primeiros socorros ..... 262
12. A organização do tempo e dos espaços na educação infantil ..... 265
13. Legislação e suas atualizações: Constituição, LDBEN 9394/96, ECA, LBI, BNCC, PME de Saquarema ..... 272
14. Atribuições do cargo de Auxiliar de Educação Infantil ..... 272
-

# PORTUGUÊS

## ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS CONSTRUÍDOS NOS TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

### Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

### Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

### Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

<b>TEXTO NARRATIVO</b>	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
<b>TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO</b>	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
<b>TEXTO EXPOSITIVO</b>	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
<b>TEXTO DESCRITIVO</b>	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
<b>TEXTO INJUNTIVO</b>	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

### Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

### ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:  
A é igual a B.  
A é igual a C.  
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

### Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

#### Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

#### **Argumento de Quantidade**

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

#### **Argumento do Consenso**

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

#### **Argumento de Existência**

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

#### **Argumento quase lógico**

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

#### **Argumento do Atributo**

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.



# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI Nº 8.069/90

### LEI FEDERAL Nº 8.069/90 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações que serão aqui demonstradas.

Dispõe, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ainda, no seu artigo 7º, disciplina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

As medidas protetivas adotadas pelo ECA são para salvaguardar a família natural ou a família substituta, sendo está última pela guarda, tutela ou adoção. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, a tutela pressupõe todos os deveres da guarda e pode ser conferida a pessoa de até 21 anos incompletos, já a adoção atribui condição de filho, com mesmos direito e deveres, inclusive sucessórios.

A instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social, conforme preceitua o art. 226 da CR/88. Não sendo regra, mas os adolescentes correm maior risco quando fazem parte de famílias desestruturadas ou violentas.

Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, não constituindo motivo de escusa a falta ou a carência de recursos materiais, sob pena da perda ou a suspensão do pátrio poder.

Caso a família natural, comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, descumpra qualquer de suas obrigações, a criança ou adolescente serão colocados em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Por tal razão que a responsabilidade dos pais é enorme no desenvolvimento familiar e dos filhos, cujo objetivo é manter ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social.

A perda de valores sociais, ao longo do tempo, também são fatores que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes, visto que não permanecem exclusivamente inseridos na entidade familiar.

Por isso é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tanto que cabe a sociedade, família e ao poder público proibir a venda e comercialização à criança e ao adolescente de armas, munições e explosivos, bebida alcoólicas, drogas, fotos de artifício, revistas de conteúdo adulto e bilhetes lotéricos ou equivalentes.

Cada município deverá haver, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local, regularmente eleitos e empossados, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar é uma das entidades públicas competentes a salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes nas hipóteses em que haja desrespeito, inclusive com relação a seus pais e responsáveis, bem como aos direitos e deveres previstos na legislação do ECA e na Constituição. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

1. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
2. Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões.
4. Levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o Estatuto tenha como infração administrativa ou penal.
5. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
6. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
7. Expedir notificações em casos de sua competência.
8. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.

9. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

10. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

11. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder.

12. Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e socioeducativos.

Considerando que todos têm o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, havendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra alguma criança ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar para providências cabíveis.

Ainda com toda proteção às crianças e aos adolescentes, a delinquência é uma realidade social, principalmente nas grandes cidades, sem previsão de término, fazendo com que tenha tratamento diferenciado dos crimes praticados por agentes imputáveis.

Os crimes praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos são denominados atos infracionais passíveis de aplicação de medidas socioeducativas. Os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam situações nas quais tanto o responsável, quanto o menor devem ser instados a modificarem atitudes, definindo sanções para os casos mais graves.

Nas hipóteses do menor cometer ato infracional, cuja conduta sempre estará descrita como crime ou contravenção penal para os imputáveis, poderão sofrer sanções específicas aquelas descritas no estatuto como medidas socioeducativas.

Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, mas respondem pela prática de ato infracional cuja sanção será desde a adoção de medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsável, orientação, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em estabelecimento de ensino, inclusão em programa de auxílio à família, encaminhamento a tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento toxicológico e, até, colocação em família substituta.

Já o adolescente entre 12 e 18 anos incompletos (inimputáveis) que pratica algum ato infracional, além das medidas protetivas já descritas, a autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa de acordo com a capacidade do ofensor, circunstâncias do fato e a gravidade da infração, são elas:

1) Advertências – admoestação verbal, reduzida a termo e assinada pelos adolescentes e genitores sob os riscos do envolvimento em atos infracionais e sua reiteração,

2) Obrigação de reparar o dano – caso o ato infracional seja passível de reparação patrimonial, compensando o prejuízo da vítima,

3) Prestação de serviços à comunidade – tem por objetivo conscientizar o menor infrator sobre valores e solidariedade social,

4) Liberdade assistida – medida de grande eficácia para o enfretamento da prática de atos infracionais, na medida em que atua juntamente com a família e o controle por profissionais (psicólogos e assistentes sociais) do Juizado da Infância e Juventude,

5) Semiliberdade – medida de média extremidade, uma vez que exigem dos adolescentes infratores o trabalho e estudo durante o dia, mas restringe sua liberdade no período noturno, mediante recolhimento em entidade especializada

6) Internação por tempo indeterminado – medida mais extrema do Estatuto da Criança e do Adolescente devido à privação total da liberdade. Aplicada em casos mais graves e em caráter excepcional.

Antes da sentença, a internação somente pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias, mediante decisão fundamentada baseada em fortes indícios de autoria e materialidade do ato infracional.

Nessa vertente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de:

1) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

2) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação,

3) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente,

4) Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares,

5) Oferecer instalações físicas em condições adequadas, e toda infraestrutura e cuidados médicos e educacionais, inclusive na área de lazer e atividades culturais e desportivas.

6) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Uma vez aplicada as medidas socioeducativas podem ser implementadas até que sejam completados 18 anos de idade. Contudo, o cumprimento pode chegar aos 21 anos de idade nos casos de internação, nos termos do art. 121, §5º do ECA.

Assim como no sistema penal tradicional, as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam preocupação com a reeducação e a ressocialização dos menores infratores.

Antes de iniciado o procedimento de apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder o perdão (remissão), como forma de exclusão do processo, se atendido às circunstâncias e consequências do fato, contexto social, personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis de encaminhamento a programa de proteção a família, inclusão em programa de orientação a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de matricular e acompanhar o aproveitamento escolar do menor, advertência, perda da guarda, destituição da tutela e até suspensão ou destituição do pátrio poder.

O importante é observar que as crianças e os adolescentes não podem ser considerados autênticas propriedades de seus genitores, visto que são titulares de direitos humanos como quaisquer pessoas, dotados de direitos e deveres como demonstrado.

A implantação integral do ECA sofre grande resistência de parte da sociedade brasileira, que o considera excessivamente paternalista em relação aos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, uma vez que os atos infracionais estão ficando cada vez mais violentos e reiterados.

Consideram, ainda, que o estatuto, que deveria proteger e educar a criança e o adolescente, na prática, acaba deixando-os sem nenhum tipo de punição ou mesmo ressocialização, bem como é utilizado por grupos criminosos para livrar-se de responsabilidades criminais fazendo com que adolescentes assumam a culpa.

Cabe ao Estado zelas para que as crianças e adolescentes se desenvolvam em condições sociais que favoreçam a integridade física, liberdade e dignidade. Contudo, não se pode atribuir tal responsabilidade apenas a uma suposta inaplicabilidade do estatuto



da criança e do adolescente, uma vez que estes nada mais são do que o produto da entidade familiar e da sociedade, as quais têm importância fundamental no comportamento dos mesmos.<sup>1</sup>

#### Últimas alterações no ECA

##### As mais recentes:

São quatro os pontos modificados no ECA durante a atual administração:

- A instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019;

- A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas - na lei nº 13.812, de 16 de março 2019;

- A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos - na mesma lei nº 13.812;

- A mudança na lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - lei 13.824, de 9 de maio 2019.

**Lei nº 13.509/17, publicada em 22 de novembro de 2017** altera o ECA ao estabelecer novos prazos e procedimentos para o trâmite dos processos de adoção, além de prever novas hipóteses de destituição do poder familiar, de apadrinhamento afetivo e disciplinar a entrega voluntária de crianças e adolescentes à adoção.

#### Lei Federal nº 13.431/2017 – Lei da Escuta Protegida

Esta lei estabelece novas diretrizes para o atendimento de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, e que frequentemente são expostos a condutas profissionais não qualificadas, sendo obrigados a relatar por várias vezes, ou para pessoas diferentes, violências sofridas, revivendo desnecessariamente seu drama.

Denominada “Lei da Escuta Protegida”, essa lei tem como objetivo a proteção de crianças e adolescentes após a revelação da violência sofrida, promovendo uma escuta única nos serviços de atendimento e criando um protocolo de atendimento a ser adotado por todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

#### Lei 13.436, de 12 de abril de 2017 - Garantia do direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação

Esta lei introduziu no artigo 10 do ECA uma responsabilidade adicional para os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares: daqui em diante eles estão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar.

#### Lei 13.438, de 26 de abril de 2017 – Protocolo de Avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças

Esta lei determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) será obrigado a adotar protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade. A lei estabelece que crianças de até 18 meses de idade façam acompanhamento através de protocolo ou outro instrumento de detecção de risco. Esse acompanhamento se dará em consulta pediátrica. Por meio de exames poderá ser detectado precocemente, por exemplo, o transtorno do espectro autista, o que permitirá um melhor acompanhamento no desenvolvimento futuro da criança.

<sup>1</sup> Fonte: [www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br) – Texto adaptado de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas / Cesar Leandro de Almeida Rabelo

#### Lei nº 13.440, de 8 de maio de 2017 – Aumento na penalização de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes

Esta lei promoveu a inclusão de mais uma penalidade no artigo 244-A do ECA. A pena previa reclusão de quatro a dez anos e multa nos crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Agora o texto está acrescido de perda de bens e que os valores advindos dessas práticas serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime.

#### Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017 - Prevê a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente

Esta lei prevê a infiltração policial virtual no combate aos crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis. A nova lei acrescentou ao ECA os artigos 190-A a 190-E e normatizou a investigação em meio cibernético.

#### Revogação do artigo 248 que versava sobre trabalho doméstico de adolescentes

Foi revogado o artigo 248 do ECA que possibilitava a regularização da guarda de adolescentes para o serviço doméstico. A Constituição Brasileira proíbe o trabalho infantil, mas este artigo estabelecia prazo de cinco dias para que o responsável, ou novo guardião, apresentasse à Vara de Justiça de sua cidade ou comarca o adolescente trazido de outra localidade para prestação de serviço doméstico, o que, segundo os autores do projeto de lei que resultou na revogação do artigo, abria espaço para a regularização do trabalho infantil ilegal.

#### Lei 13.306 de 2016 publicada no dia 04 de julho, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente fixando em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.<sup>2</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

Na presente Lei estão dispostos os procedimentos de adoção (Livro I, capítulo V), a aplicação de medidas socioeducativas (Livro II, capítulo II), do Conselho Tutelar (Livro II, capítulo V), e também dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Dispõe a Lei 8.069/1990 que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais.

<sup>2</sup> Fonte: [www.equipeagoraepasso.com.br/www.g1.globo.com](http://www.equipeagoraepasso.com.br/www.g1.globo.com)

# CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

## PRIMEIRAS OCUPAÇÕES, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA: DADOS RELEVANTES

Em outubro de 1534, os padres da Ordem do Carmo construíram uma capela da qual se originou o povoado de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema. Em 1755, o povoado passou a freguesia, constituindo-se a pesca principal atividade do núcleo. A criação do município ocorreu em 1841, sendo o povoado elevado à categoria de vila. O desenvolvimento reduzido do município determinou sua extinção em 1859, voltando Saquarema a freguesia e passando a sede para Araruama.

Um súbito progresso provocado pelo avanço do café, no entanto, restaurou o município, sendo Saquarema restituída à condição de vila em 1860. Estabeleceu-se uma agricultura próspera, baseada na mão-deobra escrava, que sofreu forte retrocesso com a Lei Áurea e o conseqüente êxodo dos trabalhadores. Em 1890, a vila de Saquarema foi elevada à categoria de cidade.

A sede municipal apresenta topografia extremamente suave e caracteriza-se como centro histórico constituído pelas áreas próximas à Igreja Matriz, implantada no século XVI, no alto do pontal rochoso, entre a Lagoa de Saquarema e o oceano.

Sua expansão decorreu do surgimento de grande número de loteamentos a partir de 1950, quando a função de local de veraneio passou a constituir o principal vetor de crescimento do núcleo urbano.

A implantação da rodovia Amaral Peixoto, a RJ-106, associada às condições do local onde se estruturou o núcleo histórico foram responsáveis pela formação do eixo comercial em Bacaxá.

Seu desenvolvimento decorreu de sua posição em relação à rodovia e localização na entrada para diversos loteamentos, que se formaram ao longo das praias. A conquista de novos espaços junto à lagoa levou o núcleo histórico a desenvolver-se em sua direção, originando na atualidade uma única aglomeração.

## INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ÁREA, ALTITUDE, CLIMA, RELEVO; SISTEMAS COSTEIRO, LAGUNAR E HIDROGRÁFICO; PARQUES, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO

Distante cerca de cem quilômetros da capital do estado, possui as seguintes praias: Vila, Prainha, Itaúna, Barrinha, Boqueirão, Barra Nova, Jaconé, Vilatur, entre outras, com condições favoráveis à prática do surfe. Uma das mais famosas é a Praia de Itaúna, que é conhecida como “o Maracanã do surfe”.

O Município de Saquarema é dividido em três distritos - Saquarema, Bacaxá e Sampaio Corrêa.

Saquarema é o primeiro distrito do município, onde fica a sede do município e todos os prédios da administração pública municipal: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, Sede da OAB, Conselho Tutelar, Delegacia Legal, dentre outros. Além de abrigar a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, as praias mais famosas da cidade (Vila e Itaúna), é o point da vida noturna da cidade, onde estão concentrados a maioria dos

bares, restaurantes e casas noturnas. A Praça principal, localizada no Centro, abriga a famosa Feira do Artesanato, em que muitos expositores, inclusive estrangeiros, vendem de tudo: desde pequenos souvenirs da cidade até bonitas joias de prata.

Bacaxá é o segundo distrito de Saquarema, famoso por ser o distrito onde se localiza o Boavista Sport Club, time de futebol que atualmente disputa a primeira divisão do Campeonato Estadual do Rio de Janeiro. Também é conhecido por ser o centro comercial de Saquarema, conta com a ETE Helber Vignoli Muniz, a maior escola técnica do Rio de Janeiro, que oferece vários professores e cursos profissionalizantes, formando técnicos para a população local. Bacaxá é cortada pelo famoso rio Bacaxá, principal ponto turístico do distrito.

Sampaio Corrêa é o terceiro distrito de Saquarema e o segundo maior do município, com população não divulgada. É conhecido pelo Sampaio Corrêa Futebol e Esporte, time de futebol que disputa a segunda divisão do Campeonato Carioca. Também é conhecido por ter possuído, nas décadas de 60 e 70, a usina de cana-de-açúcar Santa Luiza que chegou a ser a segunda maior produtora de cana-de-açúcar do estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o município de Campos dos Goytacazes.

## TERRITÓRIO E AMBIENTE

Área da unidade territorial [2021]	352,130 km <sup>2</sup>
Esgotamento sanitário adequado [2010]	54,6 %
Arborização de vias públicas [2010]	59,6 %
Urbanização de vias públicas [2010]	21,4 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Pertence
Hierarquia urbana [2018]	Metrópole Nacional (1B) - Município i...
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional do Rio de Janeir...
Região intermediária [2021]	Rio de Janeiro
Região imediata [2021]	Rio de Janeiro
Mesorregião [2021]	Baixadas
Microrregião [2021]	Lagos

**LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, POPULAÇÃO, LIMITES MUNICIPAIS, DISTRITOS; VIAS DE ACESSO; CARACTERÍSTICAS URBANAS; ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES; SERVIÇOS BÁSICOS**

Os principais acessos rodoviários são:  
 RJ-106 - Rodovia Amaral Peixoto  
 RJ-118 - Estr. Sampaio Corrêa - Jaconé - Ponta Negra.  
 RJ-124 - Via Lagos  
 RJ-128 - Av. Saquarema/Estrada do Palmital

Saquarema também já foi atendida por transporte ferroviário no período entre 1913 a 1962 pela Estrada de Ferro Maricá, nos distritos de Sampaio Corrêa e Bacaxá. A ferrovia ligava o município as cidades de São Gonçalo e Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a também cidade litorânea de Cabo Frio, o ponto terminal da linha férrea. Seu trajeto cortava grande parte do litoral da região das Baixadas Litorâneas, mais conhecida como Região dos Lagos e tinha como função escoar a produção agrícola, açucareira e salineira e a pesca da região, além do transporte de passageiros que seguiam rumo a Niterói, para em seguida se deslocarem à capital Rio de Janeiro por meio de barcas.

No distrito de Sampaio Corrêa, a ferrovia também atendia com sua demanda de transportes, a antiga Usina Santa Luzia, considerada a maior da região na época. No ano de 1943, a EFM foi repassada à Estrada de Ferro Central do Brasil, passando a ser denominada como Ramal de Cabo Frio. Em seus últimos anos, havia sido repassada à Estrada de Ferro Leopoldina. Os últimos trens de passageiros e de cargas circularam pela cidade no dia 16 de janeiro de 1962, desativando o trecho que atravessava o município. Em 1966, a linha férrea foi erradicada de Saquarema, o que ocasionou prejuízos econômicos à região posteriormente.

**POPULAÇÃO**

População estimada [2021]	91.938 pessoas
População no último censo [2010]	74.234 pessoas
Densidade demográfica [2010]	209,96 hab/km <sup>2</sup>

**PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO, MATERIAL E IMATERIAL. DATAS COMEMORATIVAS; ATRAÇÕES, EVENTOS E ESPAÇOS DE DESTAQUE DO MUNICÍPIO; POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO**

Turismo  
 Praia da Vila, do alto do morro da igreja Nossa Senhora de Nazareth.

Templo do Rock, em Itaúna.

Cidade predominantemente turística, é conhecida também como “A Capital Nacional do Surfe”. As ondas de suas praias estão entre as melhores do país. Além dos campeonatos de surfe nacionais e internacionais, as festas religiosas constituem um importante atrativo para o turismo local.

As principais atrações turísticas da cidade são:  
 Praias (sendo as principais as da Vila e de Itaúna)  
 Lagoas (como a Lagoa de Saquarema)  
 Cachoeiras  
 Morros

O Sambaqui da Beirada (sítio arqueológico de 4 500 anos);  
 A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth, criada em 1630;  
 A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, situada num outeiro à Beira-Mar;  
 O Cemitério Municipal, situado num penhasco à Beira-Mar;  
 O Templo do Rock (museu-residência do roqueiro Serguei);  
 O Mirante do Morro da Cruz;  
 O Centro de Treinamento de Vôlei da CBV;  
 A Rampa de Voo livre.  
 Cachoeiras do Tingui (no 3º distrito de Saquarema)  
 Casa de Cultura Walmyr Ayala.  
 Trilha dos Goonies

**Festas Religiosas**

Dentre as festas religiosas, pode-se citar, como a de maior destaque, a de Nossa Senhora de Nazareth (Padroeira do Município), que ocorre do dia 30 de agosto a 8 de setembro, que se traduz na maior manifestação religiosa do Estado do Rio de Janeiro e o mais antigo círio de Nazaré do país, datado de 1630, sendo mais antigo até mesmo que o famoso Círio de Belém, no Pará, sendo reconhecido em Setembro de 2009 pela Diretoria do Círio de Nazaré de Belém do Pará, quando da ocasião da visita da Imagem de Nossa Senhora de Nazareth, de Belém do Pará, ao município. [carece fontes] Saquarema possui, também, uma tradicional celebração da Semana Santa. O Beija-Mão, o Canto da Verônica, a Banda de Música com as marchas fúnebres e os personagens históricos representados na Procissão do Enterro, na Sexta-feira Santa, causam emoção ao relembrar o sepultamento de Jesus.

Outra festividade muito tradicional no município (desde 1740, introduzida pelo Barão de Saquarema) é a Festa do Divino Espírito Santo (Pentecostes), que ocorre cinquenta dias após a Páscoa e que constitui uma grandiosa manifestação popular e cultural, com a Folia do Divino (uma das únicas cidades do Brasil a ter essa manifestação popular) e suas insígnias (Estandarte, Bandeira do Divino, Bandeira de Gala, Coroa de prata, além do cortejo do Menino Imperador). Essas são as três maiores festividades do município e, por isso, vem sendo pleiteado que tais festividades possam ser incluídas como Patrimônio Histórico Imaterial Municipal e Estadual devido à sua abrangência e, assim, possam ser preservadas e continuem sendo manifestações que, todos os anos, atraem milhares de turistas,romeiros e devotos à cidade.

Em Maio/Junho ocorre a Festa de Corpus Christi, em que são confeccionados tapetes coloridos de sal grosso no centro histórico da cidade. No mês de Junho ocorrem ainda as seguintes festas: Santo Antônio (13 de Junho), Padroeiro de Bacaxá, Segundo Distrito; São João Batista (24 de Junho), no centro da cidade; e São Pedro (29 de Junho), na Praça dos Pescadores, com Procissão Marítima.

Em conjunção as Festas dos Padroeiros, o Colégio Estadual Oliveira Viana realiza tradicionalmente o maior Arraiá do município (primeira semana de agosto), desde 2017.

**“Capital do Surfe”**

Praia de Itaúna, mundialmente conhecida pelos campeonatos de surf.

Saquarema, através de suas praias, especialmente a de Itaúna, é conhecida como a capital brasileira do surf por suas ondas perfeitas e indescritível beleza e força.

Poucos lugares no Brasil possuem ondas com o porte das de Saquarema e por isso, na década de 70, começou a sediar os saudosos festivais de surf.

## CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Por isso, Saquarema é conhecida por ser a “Capital Brasileira do Surf” e também é chamada por muitos surfistas de “Maracanã do Surf Brasileiro”.

Saquarema em 2017 passa a ser novamente parte do circuito mundial de surf, com o WSL (World Surf League), competição que corresponde a divisão de elite do esporte, a cidade não realizava a etapa brasileira desde 2002. A etapa teve como campeão o surfista brasileiro Adriano de Souza, conhecido como Mineirinho.

### ASPECTOS E INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

#### ECONOMIA

PIB per capita [2019]	120.175,92 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,709
Total de receitas realizadas [2017]	302.249,54 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	247.728,14 R\$ (×1000)

#### TRABALHO E RENDIMENTO

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	1,7 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	18.696 pessoas
População ocupada [2020]	20,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	36,3 %

### AUTONOMIA, PODERES E SÍMBOLOS MUNICIPAIS. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS: PRIVATIVAS, COMUNS E SUPLEMENTARES. VEDAÇÕES

#### Administração pública

##### Poder Executivo:

A atual Prefeita de Saquarema é Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, popularmente conhecida como Manoela Peres (DEM), eleita em 2016, com 23.600 votos, correspondendo a 51.20% dos votos válidos.

##### Poder Legislativo:

O Poder Legislativo é representado pela Câmara municipal, composta por treze vereadores com mandato de 4 anos. Cabe aos vereadores na Câmara Municipal de Saquarema, especialmente fiscalizar o orçamento do município, além de elaborar projetos de lei fundamentais à administração, ao Executivo e principalmente para beneficiar a comunidade. Foram eleitos em 2016, para o período 2017-2020, os seguintes vereadores:

Adriana de Vander (Presidente)  
 Roger Gomes  
 Bebeto do Rio Seco  
 Abraão da Melgil  
 Evanildo Ferreira (Vanildo de Jaconé)  
 Dra<sup>a</sup> Raquel Oliveira  
 Janderson da Educação  
 Elisia Rangel  
 Rodrigo Borges  
 Bruno Pinheiro  
 Taeta  
 Marcel Chagas  
 Eduardo Melo

#### SÍMBOLO DO MUNICÍPIO



**ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: CÂMARA E PREFEITURA. CÂMARA MUNICIPAL: FUNÇÕES, COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS, POSSE, FUNCIONAMENTO. CONCEITOS SOBRE MANDATO, LEGISLATURA, SESSÃO LEGISLATIVA, SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS; COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS. REGIMENTO INTERNO, PROCESSO LEGISLATIVO. MESA DIRETORA: MEMBROS, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO. NÚMERO DE VEREADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA. CONVOCAÇÕES DA CÂMARA E PRAZO PARA OS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO PRESTAREM INFORMAÇÕES E APRESENTAREM DOCUMENTOS REQUISITADOS PELA CÂMARA**

#### Triplicação do Poder

Na Constituição Federal encontramos a chamada “triplicação do Poder” onde fundamentam suas respectivas existências o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Assim o município dispõe de dois dos três poderes constituídos: o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Município é a unidade territorial e política,



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Auxiliar de Educação Infantil

### HISTÓRIAS INFANTIS EM SALA DE AULA

As histórias infantis têm papel fundamental na formação do indivíduo, tornando-o criativo, crítico e capaz de tomar decisões.

Quando se conta uma história, deve-se ter em mente que aquele momento será de grande valia para a criança, pois através desses contos será formado um banco de dados de imagens que será utilizado nas situações interativas vividas por ela.

Recomenda-se que o educador faça todo um ritual antes do momento de contar histórias.

O ideal é que o professor, ao contar uma história, tenha uma diversidade de estratégias sendo consideradas como principais: tocar a imaginação dos alunos, saber como utilizar a expressão corporal, o ritmo, o gesto, e principalmente a entonação da voz, fazendo com que nesse momento a criança fique envolvida pelo encantamento e pela fantasia.

Sugere-se ao professor que crie em sua sala de aula o livre acesso aos livros através de um cantinho de leitura no qual fiquem disponíveis aos alunos livros, revistas, jornais etc., facilitando o manuseio.

Orienta-se que o professor se informe mais sobre os aspectos que estão envolvidos na apropriação no processo da leitura e seus aspectos fundamentais na visão lingüística, psicológica, social e fisiológica. Ressalta-se que quando se tem domínio de certo papel a desempenhar o resultado é totalmente diferenciado e qualificado.

A atividade de contar histórias é presença cotidiana nas creches e pré-escolas, sendo a ela corretamente atribuídos o incentivo à imaginação e à leitura, a ampliação do repertório cultural das crianças e a criação de referenciais importantes ao desenvolvimento cognitivo (Girardello), isto deve ser também expandido e inserido no contexto familiar e nos lares de nossas crianças.

A contação de histórias, conduzida em um ambiente agradável, é uma das grandes oportunidades de desenvolvimento da imaginação infantil. É uma das atividades mais antigas do ser humano, servindo inicialmente para contar fatos recentes ou episódios passados, formando agrupamentos fortalecidos e comunidades com identidade e origem. Estes são momentos nos quais abrem-se oportunidades importantes para a construção de uma identidade social e cultural que será apresentada a criança. Por meio delas podemos enriquecer as experiências infantis, desenvolvendo a linguagem, ampliando vocabulário, formando o caráter, a confiança no bem e proporcionando a ela viver o imaginário.

A informação hoje está bastante difundida, pelos mais diversos meios de comunicação, processo facilitado pela tecnologia que apesar de ser atualmente insubstituível em nossas vidas, deve ser usufruída com cautela, evitando-se assim o individualismo, já que tais mídias não necessitam do envolvimento com o próximo, reduzindo em muito os diálogos familiares.

Os modernos meios de comunicação também apresentam por vezes, histórias já prontas, reduzindo assim a capacidade imaginativa de nossas crianças. Por isso, é de suma importância que pais e professores batalhem pelo resgate do lúdico, do gosto pela expressão oral/corporal, do gosto pela leitura, pelo desenvolvimento dos sentidos e sentimentos (Otte & Kovács).

Segundo Abramovich, 2003, o significado de escutar histórias é muito amplo, é uma possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, das dificuldades, dos impasses, das soluções, que todos atravessamos e vivemos de um jeito ou de outro, através das vivências dos personagens. É ouvindo histórias que se pode sentir emoções importantes com o significado e verdade que estas fazem brotar. Ouvir histórias é também desenvolver todo o potencial crítico da criança, é poder pensar, duvidar, perguntar e questionar. É sentir-se inquieto, querendo saber mais e melhor sobre o que está sendo narrado.

A narrativa chega cedo à vida da criança, já em seus primeiros dias de vida através do padrão musical regular das cantigas, seguindo com as músicas infantis, canções da infância e juventude dos pais (“quem escolhe as histórias para as crianças de hoje são as crianças de ontem” – Chukovski, 1968), associando-se também com as conversas do adulto ao bebê, contando fatos e familiarizando-o com os ritmos do relato e com o que significam.

A literatura é importante para o desenvolvimento da criatividade e do emocional infantil. Quando as crianças ouvem histórias, passam a valorizar de forma mais clara sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância como medos, sentimentos

de carinho, curiosidade, dor, além de outros infinitos assuntos (Caruso, 2003). As histórias fazem uma ponte entre os valores e crenças abstratas e a materialidade do contexto experimentado pelas crianças.

Tão envolventes quanto às ilustrações podem ser os recursos expressivos que forem sendo desenvolvidos, tão atraente quanto às figuras de um livro pode ser a linguagem que usarmos. Ler histórias para as crianças sempre é suscitar o imaginário, é ter a curiosidade respondida em relação a tantas perguntas, e encontrar muitas ideias para solucionar questões, é estimular para desenhar, para musicar, teatralizar, brincar, afinal tudo pode nascer de um texto (Abramovich, 2003).

Além disso, as histórias estimulam o desenvolvimento de funções cognitivas importantes para o pensamento, tais como a comparação (entre figuras e textos), o pensamento hipotético, o raciocínio lógico, pensamentos convergentes e divergentes, as relações espaciais e temporais (toda história tem início, meio e fim). Os enredos geralmente são organizados de forma que um conteúdo moral possa ser inferido das ações dos personagens e isso colabora para a construção da ética e da cidadania em nossas crianças (Silva, 2002). O contato significa para a criança o reencontro simbólico com um padrão organizativo – temporal e mesmo rítmico – que elas já vivem em sua experiência com a sucessão dos eventos no tempo: a rotina doméstica, a expectativa pelo aniversário e a ação do faz de conta.

A história tem também a função social, e a contextualização do indivíduo no seu tempo e ambiente, com os valores do seu agrupamento, tendo como base a evolução dos espaços, indivíduos e da sociedade. A criança que ouve histórias, comprovadamente se tornará um adulto mais criativo, flexível e melhor preparado emocionalmente, despertando processos internos de compreensão e adaptação. Além disso, quem lê para uma criança não lhe transmite

apenas o conteúdo da história, promovendo seu encontro com a leitura, possibilita-lhe adquirir um modelo de leitor e desenvolve nela o prazer de ler e o sentido de valor pelo livro.

Pesquisas fundamentam a ideia de que nunca é cedo demais para começar a contar histórias para as crianças. O material escrito nos dias de hoje é imenso e cabe ao adulto supervisionar o conteúdo no qual as crianças têm acesso, levando em consideração crenças, valores e ensinamentos a serem transmitidos.

Dentro dos vários tipos de histórias, os contos infantis sempre agradaram e instigaram as crianças, fazendo-os imaginar os personagens, fazendo-os aprender a lidar com as relações sociais e buscando repassar valores de convivência em sociedade. A fantasia e a magia de uma história encantam e despertam as imaginações da criança e, com isso, criam condições favoráveis para o desenvolvimento de uma mente criativa e inventiva. Escutar histórias é o início para tornar-se um leitor, um inventor, um criador.

**Dicas sobre como contar histórias:**

- 1) Escolha leituras que tenham ligação direta com a criança;
- 2) A história a ser contada e apresentada deve estar bem memorizada;
- 3) Destaque e sublinhe os tópicos mais importantes;
- 4) Procure vivenciar a história, envolva-se com ela;
- 5) Fale com naturalidade e destaque com gestos e variações de voz;
- 6) Ofereça espaço aos ouvintes que querem interferir na história e participar dela;
- 7) Transpareça a alegria e o prazer que elas provocam;
- 8) Incentive a criança diariamente;
- 9) Enriqueça a narração com ruídos, movimento o corpo;
- 10) Crie a “hora da história”;
- 11) Estimule a criança a recontar a história que ouviu da sua própria maneira;
- 12) Sente-se no nível da criança;
- 13) Explique (quando necessário) o significado de novas palavras;
- 14) Preserve a atenção da criança;
- 15) Cuide do local no qual a história será contada.

**A BRINCADEIRA DE FAZ-DE-CONTA: LUGAR DO SIMBOLISMO, DA REPRESENTAÇÃO E DO IMAGINÁRIO**

As crianças aprendem muito através de sua imaginação. Quando os pequenos brincam de super-heróis, piratas, princesas, e transformam objetos comuns em mil e uma coisas, eles estão fazendo muito mais do que se divertir.

Esse tipo de brincadeira não é tão simples como parece, e ajuda a criança a desenvolver muitas habilidades. Conheça a seguir todos os benefícios do faz de conta para o seu filho!

**O que as crianças aprendem ao brincar de faz de conta**

Você com certeza já viu uma criança brincando de ser parte de um reino mágico, ou até simulando situações do cotidiano, como fazer compras no supermercado. O processo de “fingir”, ou imaginar, é muito importante para o desenvolvimento infantil porque através dele a criança aprende sobre si mesma, sobre sua relação com as outras pessoas e aprende lições importantes para a sua vida adulta.

Pesquisas demonstram que a participação das crianças em brincadeiras de “mentirinha” traz inúmeros benefícios, como o aumento do uso da linguagem, a capacidade de empatia e a noção de que seu ponto de vista não é o único no mundo.

Veja abaixo os principais tipos de aprendizados proporcionados pelo faz de conta:

**1. Aprender sobre si**

As brincadeiras de faz de conta são uma das primeiras maneiras pelas quais as crianças aprendem e colocam em prática seus gostos, seus interesses e suas habilidades. Experimente observar crianças brincando com bonecas: muitas vezes as bonecas tornam-se versões da própria criança, e são um meio seguro de expressarem ideias e sentimentos.

Além disso, a criança também constrói sua auto-estima quando descobre que pode ser qualquer coisa através da sua imaginação. Isso mostra que ela também pode sonhar em se tornar o que quiser em sua vida real.

**2. Aprender sobre o outro**

Fingindo ser outra pessoa ou até animais e seres mágicos, as crianças também experimentam a interpretação de papéis e automaticamente têm que fazer o esforço de entender realidades diferentes das suas. Quando seu filho finge ser um personagem diferente, ele tem a experiência de se colocar no lugar do outro, o que ajuda a ensinar a importante habilidade de empatia. É normal que as crianças pequenas enxerguem o mundo a partir do seu próprio ponto de vista egocêntrico, mas através do amadurecimento e do jogo cooperativo, o seu filho começará a compreender os sentimentos dos outros.

**3. Enfrentar medos e novidades**

Através das brincadeiras as crianças assimilam seus medos e problemas, inclusive de situações cotidianas. É comum, por exemplo, que brinquem de médico fingindo ter um machucado grave, ou então inventem que um parente morreu no faz de conta. Este é o modo da criança explorar experiências confusas e assustadoras. Através dessas dramatizações, se tornam mais preparadas para compreender e enfrentar situações reais no futuro.

**4. Resolução de problemas**

Brincar de faz de conta coloca as crianças em situações em que elas têm uma variedade de problemas para resolver. Seja quando duas crianças querem desempenhar o mesmo papel, ou procurar o material certo para fazer um telhado para a casa de mentira, as crianças são obrigadas a utilizar importantes habilidades de resolução de problemas que serão úteis em diferentes situações reais da sua vida.

**5. Linguagem e comunicação**

Se prestar atenção enquanto as crianças brincam de faz de conta, você provavelmente ouvirá algumas palavras e frases que nunca pensou que elas sabiam! As crianças podem fazer imitações da mãe, do pai, do professor... Além disso, falando e argumentando com os outros durante a brincadeira elas aprendem como as palavras são importantes para representar uma história e organizar o jogo. Esse processo ajuda a criança a fazer a conexão entre a linguagem falada e a escrita, habilidade que mais tarde a ajudará a aprender a ler.

**Como incentivar o faz de conta**

Criar oportunidades para a criança usar sua imaginação de forma livre e criativa é importante para ela aprender a brincar e aprender cada vez mais. Veja algumas dicas para fazer isso:

Use histórias: leia livros para seu filho e convide-o a recriar sua história favorita. Recomendamos o livro personalizado Show da Luna! Brincando de Faz de Conta, em que a criança é a protagonista



da história e vive diversos faz de conta junto com os outros personagens. Saiba mais sobre a coleção de livros personalizados do Show da Luna aqui.

Ofereça bonecos e bonecas: certifique-se de que seu filho tenha acesso bonecos, bichos de pelúcia ou fantoches. Não precisam ser comprados em lojas, podem ser desenhados e cortados de papel, feitos com materiais reciclados ou até de meias. Por meio do faz de conta, as crianças atribuem sentimentos e ideias a essas “pessoas” e “animais” e, muitas vezes, as utilizam para expressar, explorar e elaborar suas próprias ideias.

Tenha uma “caixa de bugangas”: reúna em uma caixa materiais como roupas antigas, fantasias, chapéus, e qualquer outra coisa que possa ser usada para incentivar a imaginação. As crianças vão adorar vasculhar a caixa à procura de ideias para sua nova aventura.

Garanta tempo: nenhum material ou brinquedo é mais importante do que o tempo para brincar e explorar ideias. Uma rotina cheia de compromissos na infância pode atrapalhar o livre-brincar, então certifique-se que seu pequeno tenha tempo para soltar a imaginação e mergulhar no faz de conta com frequência

#### ATIVIDADE LÚDICA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, JOGOS E BRINCADEIRAS

Embora, atualmente, a importância do brincar para o desenvolvimento infantil seja amplamente reconhecida, é comum observarmos crianças, por vezes muito pequenas, com uma rotina bastante atribulada, tomada por diversas atividades e compromissos. Muitas vezes, fica difícil encontrarmos alguma brecha, na correria do dia a dia dessas crianças, na qual elas possam, simplesmente, ter espaço e tempo para brincar. Mas, afinal, por que o brincar é considerado algo tão importante para o desenvolvimento das crianças?

Segundo Vygotsky (1989) - o brincar cria a chamada *zona de desenvolvimento proximal*, impulsionando a criança para além do estágio de desenvolvimento que ela já atingiu. Ao brincar, a criança se apresenta além do esperado para a sua idade e mais além do seu comportamento habitual. Para Vygotsky, o brincar também libera a criança das limitações do mundo real, permitindo que ela crie situações imaginárias. Ao mesmo tempo é uma ação simbólica essencialmente social, que depende das expectativas e convenções presentes na cultura. Quando duas crianças brincam de ser um bebê e uma mãe, por exemplo, elas fazem uso da imaginação, mas, ao mesmo tempo, não podem se comportar de qualquer forma; devem, sim, obedecer às regras do comportamento esperado para um bebê e uma mãe, dentro de sua cultura. Caso não o façam, correm o risco de não serem compreendidas pelo companheiro de brincadeira.

Brincar com outras crianças é muito diferente de brincar somente com adultos. O brinquedo entre pares possui maior variedade de estratégias de improviso, envolve mais negociações e é mais criativo (Sawyer, 1997). Assim, ao brincar com seus companheiros, a criança aprende sobre a cultura em que vive, ao mesmo tempo em que traz novidades para a brincadeira e ressignifica esses elementos culturais. Aprende, também, a negociar e a compartilhar objetos e significados com as outras crianças.

O brincar também permite que a criança tome certa distância daquilo que a faz sofrer, possibilitando-lhe explorar, reviver e elaborar situações que muitas vezes são difíceis de enfrentar. Autores clássicos da psicanálise, como Freud (1908) e Melanie Klein (1932, 1955), ressaltam a importância do brincar como um meio de expressão da criança, contexto no qual ela elabora seus conflitos e demonstra seus sentimentos, ansiedades desejos e fantasias.

Já Winnicott (1975), pediatra e psicanalista inglês, faz referência à dimensão de criação presente no brincar. Segundo esse autor, é muito mais importante o uso que se faz de um objeto e o tipo de relação que se estabelece com ele do que propriamente o objeto usado. A ênfase está no significado da experiência para a criança. Brincando, ela aprende a transformar e a usar os objetos, ao mesmo tempo em que os investe e os “colore” conforme sua subjetividade e suas fantasias. Isso explica por que, muitas vezes, um urso de pelúcia velho e esfarrapado tem mais importância para uma criança do que um brinquedo novo e repleto de recursos, como luzes, cores, sons e movimento.

Dessa forma, percebe-se como o brincar é algo essencial para o desenvolvimento infantil. Uma criança que não consegue brincar deve ser objeto de preocupação. Disponibilizar espaço e tempo para brincadeiras, portanto, significa contribuir para um desenvolvimento saudável. É importante também que os adultos resgatem sua capacidade de brincar, tornando-se, assim, mais disponíveis para as crianças enquanto parceiros e incentivadores de brincadeiras.<sup>1</sup>

#### A importância das brincadeiras na educação.

Hoje, as questões referentes à infância têm sido objeto de notícias e debates porém, entre nós, parece ainda não estar claro o significado do termo.

Apesar da dificuldade em conhecer as diferentes infâncias e como viviam as crianças nos distintos povos, o pouco que se sabe sobre elas deve-se aos objetos que utilizavam e às atividades que mais praticaram em suas vidas, ou seja, seus brinquedos e suas brincadeiras.

Deve-se ressaltar, porém, que grande parte das brincadeiras teve origem nos costumes populares cujas práticas eram mais realizadas pelos adultos do que pelas próprias crianças, mostrando assim o desconhecimento da infância.

Com o Concílio de Trento, os jogos e brincadeiras foram considerados pecaminosos pela Igreja Católica e banidos da cultura popular, permanecendo sua realização entre os pequenos. No entanto, dadas as transformações pelas quais vêm passando a sociedade, eles tendem a desaparecer se nós educadores não fizermos um movimento de resgate das atividades lúdicas ressaltando sua importância para o desenvolvimento da criança.

É importante salientar, que as brincadeiras infantis que ainda persistem em todo o mundo são quase sempre jogos muito simples e divertidos. Não demandam objetos, desenvolvem muitas habilidades e, historicamente, se originaram de práticas culturais e religiosas realizadas pelos adultos ao longo dos tempos.

Quanto aos brinquedos, objetos feitos para brincar, muitos constituem o único registro da vida dos pequenos em algumas épocas, sabendo-se que, em sua grande maioria, chegaram até nós após terem sido encontrados junto aos túmulos das crianças ou de seus mestres.

Evidentemente que muitos desses objetos pertenceram aos pequenos das classes mais abastadas da população, ou seja, da nobreza ou da aristocracia, sendo poucos registros daqueles pertencentes às camadas populares ou aos filhos de escravos, até mesmo porque viver a infância, do ponto de vista da importância dos pequenos em várias sociedades, pode ter sido um privilégio de poucos.

De qualquer forma, as crianças, em diferentes momentos históricos e em diversos povos, deixaram-nos um legado importante, seus brinquedos e brincadeiras, dando pistas aos estudiosos da maneira como viviam.

<sup>1</sup> Texto adaptado de Fernanda Martins Marques e Helenise Lopes Ebersol